

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/11/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.467, 5.473 e 5.474/2018; Requerimentos nºs 11.640 a 11.652/2018 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Minas e Energia, de Saúde e de Cultura – Questão de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Arlen Santiago – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cláudio do Mundo Novo – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gil Pereira – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tiago Ulisses – Tito Torres.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Antonio Carlos Arantes, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Antônio Jorge, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Dean William Moraes Carmeis, gerente de Assuntos Regulatórios e Relacionamento Externo da Petrobras, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.426/2018, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Dean William Moraes Carmeis, gerente de Assuntos Regulatórios e Relacionamento Externo da Petrobras, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.427/2018, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Heitor Matallo Junior, chefe de gabinete do Ministro do Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.981/2018, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Nedens Ulisses Freire Vieira, procurador-geral de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.332/2017, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.467/2018

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao município de Araguari o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica autorizado o Poder Executivo a fazer reverter ao município de Araguari o imóvel situado nesta cidade às margens da BR-050, com área aproximada de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), com frente para a citada rodovia, numa extensão de 60 ml (sessenta metros lineares), tendo à sua direita uma linha quebrada em dois segmentos, o primeiro com 146,00 ml (cento e quarenta e seis metros lineares) e o segundo com 132,50 (cento e trinta e dois vírgula cinquenta metros lineares), fechados ao fundo com a lateral esquerda que mede 311,00 ml (trezentos e onze metros lineares) registrado na Circunscrição Imobiliária de Araguari, sob a matrícula nº 16.265, Livro 2, Ficha 01 no Cartório de Registro de Imóveis de Araguari.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de novembro de 2018.

Deputado Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente (PRB)

Justificação: O imóvel que trata este projeto de lei foi incorporado ao patrimônio do Estado por doação do Município de Araguari, conforme disposto na Lei Municipal 2.202 de 1984, para fins de implantação de um Laboratório de Controle de Qualidade do Açúcar e do Álcool, por intermédio da extinta Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, cujo patrimônio imobiliário foi repassado ao Estado. Em face do descumprimento das obrigações que ensejaram a doação do terreno ao Estado, objetiva-se a reversão patrimonial com o intuito de que o Município possa utilizá-lo em conformidade com o interesse local.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Luiz Humberto Carneiro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.728/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.473/2018

Dispõe sobre a gratuidade do uso dos estacionamentos dos shoppings para as pessoas idosas acima de 60 anos, no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica assegurado às pessoas idosas, condutoras de veículos automotivos, a gratuidade nos estacionamentos dos shopping centers do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – A gratuidade prevista no caput, contemplará somente aos idosos devidamente cadastrados no órgão competente.

Art. 2º – Os estacionamentos dos shopping centers terão 30(trinta dias) para se adaptar as novas regras.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2018.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: O projeto de lei visa beneficiar os idosos, reconhecendo as dificuldades graduais que se apresentam aos idosos. Com o passar dos anos, o idoso depara-se com limitações naturais à idade, a exemplo da redução na capacidade motora, que afeta sua locomoção; com o comprometimento da saúde, que requer mais cuidados; e, infelizmente, com a redução de seu poder de consumo. Essa queda de renda resulta, de um lado, da diminuição do valor real da aposentadoria ou provento e, de outro lado, da elevação das despesas com medicamentos e planos de saúde, entre outras.

Justifica-se, então, que os idosos sejam assistidos em suas necessidades. Sensibilizado pelas carências do idoso e no papel de legislador, propomos o projeto de lei aqui apresentado, com o intuito de garantir aos maiores de sessenta anos a gratuidade das vagas de estacionamentos privados a eles reservadas. Em complemento, propomos também, uma sanção para os casos do não cumprimento da lei. Trata-se de um apoio ao idoso, que poderá sair de casa sem se preocupar com a cobrança, muitas vezes abusiva, pela permanência em vagas de estacionamento de shopping centers, supermercados e bancos, entre outros. Tendo em vista o alcance social da medida, contamos com o apoio dos nossos Pares para sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.474/2018

Institui a Semana Estadual do combate a Violência Obstétrica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica a ser realizada, anualmente, de 8 a 14 de março, passando a integrar o Calendário de Eventos Oficiais de Minas Gerais e o Calendário Institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Na data a que se refere o *caput* deste artigo, o poder público promoverá debates, seminários e outros eventos relacionados ao combate à violência obstétrica.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2018.

Deputada Geisa Teixeira, vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PT)

Justificação: A violência obstétrica é a violência sofrida pelas mulheres gestantes, em trabalho de parto ou no período puerpério praticada por médicos, equipe hospitalar, familiares e acompanhantes e podem ocorrer de forma verbal, psicológica ou física. Em Minas Gerais está em tramitação na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 4677/2017, de autoria da deputada estadual Geisa Teixeira, que propõe medidas de informação e proteção às gestantes e parturientes contra a violência obstétrica.

No Brasil, uma a cada quatro mulheres é vítima de violência obstétrica, segundo a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizada pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e pela Fundação Perseu Abramo.

O Conselho Federal de Medicina emitiu, em 2016, resolução que trata sobre a autonomia da mulher na hora de decidir qual será sua via de parto, de forma a garantir o protagonismo da mulher sobre a gestação e o nascimento de seus bebês. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) são recomendados que no máximo 15% dos partos sejam cesarianas, mas, no Brasil, este número chega a aproximadamente 56%.

A pesquisa Nascer no Brasil: Inquérito nacional sobre o parto e nascimento, sob a coordenação da Escola Nacional de Saúde Pública e Fiocruz, diz que 66% das mulheres preferiram o parto normal no início da gravidez mas apenas 59% foram orientadas sobre a maternidade de referência para internação do parto. Se contarmos apenas as redes privadas, as cesáreas ultrapassam os 88%. Ainda segundo a pesquisa, apenas 26,6% dos recém-nascidos tiveram contato com a pele da mãe logo após seu nascimento e 40,9% das mães amamentou o bebê ainda em sua primeira hora de vida.

A violência obstétrica é mais um tipo de violação aos direitos da mulher e ao longo das décadas vem se ampliando, de forma velada e naturalizada. Assim, milhares de mulheres têm sua dor silenciada, ocasionando a continuidade desta prática. Desta forma, queremos, através da Semana do Combate à Violência Obstétrica, criar espaços de debate por entidades de diversas classes, coletivos de mulheres e outras entidades interessadas, para que a cultura da violência obstétrica seja exposta e rompida.

Através do conhecimento, da informação e da luta coletiva é possível combater a violência obstétrica e garantir tratamento digno e humanizado para todas as mulheres.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e dos Direitos da Mulher para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 11.640/2018, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pedido de providências com vistas à rejeição do art. 26 do Projeto de Lei de Conversão nº 12/2018 – aprovado pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 814/2017 –, que altera o art. 46 da Lei Federal nº 12.351, de 2010, reduzindo em 20% a receita da comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos da União destinada ao Fundo Social do Pré-Sal, retirando, portando, recursos destinados à educação e a outros programas nas áreas de desenvolvimento e combate à pobreza.

Nº 11.641/2018, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da República e à Petrobras pedido de providências com vistas à alteração da atual política de preços de combustíveis, com recuo da política de paridade internacional nos preços dos derivados de petróleo, tendo em vista o interesse coletivo.

Nº 11.642/2018, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho pedido de providências para que retire a multa diária, fixada em 2 milhões de reais, imposta à Federação Única dos Petroleiros e a cada um dos sindicatos associados pela paralisação da categoria iniciada à zero hora de 30/5/2018, em várias unidades da Petrobras no País.

Nº 11.643/2018, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a que seja realizada audiência pública, com a participação do Ministério da Transparência e Controladoria da União, do Tribunal de Contas da União, da Petrobras, de entidades sindicais e da sociedade civil, para apresentação e discussão das prestações de contas da Petrobras relativas aos últimos anos.

Nº 11.644/2018, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pedido de providências com vistas à ampliação da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras como forma de compensar a redução da alíquota de PIS/Confins e a isenção do Cide sobre o óleo diesel.

Nº 11.645/2018, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Petrobras pedido de providências para que se amplie a carga de produção de suas refinarias para 100% de sua capacidade.

Nº 11.646/2018, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a que seja apresentado projeto de lei para retirar os incentivos fiscais concedidos às multinacionais do petróleo no País por meio da Lei Federal nº 13.586, de 2017, a fim de se assegurar a soberania nacional.

Nº 11.648/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com as policiais militares femininas que menciona por terem integrado a primeira turma do Curso de Formação, ministrado no Município de Montes Claros, em 1986. (– À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.)

Nº 11.649/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as condições de atendimento e de acessibilidade no serviço de transporte coletivo de Belo Horizonte e Região Metropolitana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.650/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte pedido de informações sobre as condições de atendimento e de acessibilidade no serviço de transporte coletivo de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Nº 11.651/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos e ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as condições de atendimento e de acessibilidade no serviço de transporte coletivo de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Nº 11.652/2018, do deputado Bosco, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Antônio de Pádua Guimarães. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

REQUERIMENTO Nº 11.647/2018

– O Requerimento nº 11.647/2018 foi publicado na edição anterior.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Minas e Energia, de Saúde e de Cultura.

Questão de Ordem

O deputado André Quintão – Presidente, neste período de chuvas, sabemos dos riscos e do drama daquelas pessoas que vivem em áreas de risco e beiras de leitos de rios, córregos e encostas. E hoje, recebi do vereador Ronny Tomaz, do Município de Morro do Pilar, uma solicitação para entrarmos em contato com a Defesa Civil, para que vistoriasse uma região daquele município. Um local onde existia um hospital, hoje infelizmente desativado, construído em um espaço que sediará uma UPA. Parece que, por várias questões de gestão e administração, não foi possível a implantação da UPA e funciona uma unidade básica de saúde. Em decorrência da escolha do local e do tipo de construção, houve um número de caminhões de terra na contenção de encostas que coloca em risco várias moradias e famílias que se situam abaixo dessa unidade construída nessa área. Então, o vereador Ronny Tomaz, um parlamentar muito atuante, muito preocupado com as questões da cidade, principalmente daquelas pessoas que estão hoje nesta situação, solicitou providências - vou apresentar esse requerimento daqui a pouco na Comissão de Direitos Humanos – para que pudesse ser feita essa vistoria em tempo hábil. Sabemos que, muitas vezes, as ações preventivas evitam tragédias, situações de perdas materiais e humanas, que são as principais. Então, parabênzo o vereador Ronny Tomaz, não só por essa ação, que é muito importante, mas também por todo o seu trabalho em benefício desse importante município histórico de Minas Gerais, Morro do Pilar, e fazer com que a Defesa Civil possa fazer o mais breve possível essa vistoria. Então, são essas as minhas palavras. Gostaria que isso constasse, inclusive, nos anais, na ata da Assembleia Legislativa. Esperamos que essa vistoria seja realizada ou mesmo que o próprio município se antecipe e possa tomar as providências necessárias para que essas famílias não corram nenhum tipo de risco. Assim, presidente, são essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O presidente – Perfeitamente, deputado André. Tenho a certeza de que o seu pedido será atendido.

A Defesa Civil tem prestado relevantes serviços ao Estado de Minas Gerais. No ano passado, convidamos os comandantes do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil para estarem aqui na Assembleia a fim de debaterem, de forma preventiva, o trabalho que tem sido feito no Sul de Minas. Temos lá uma situação, que V. Exa. conhece muito bem, envolvendo enchentes e outros problemas causados pela chuva. Estiveram aqui e, prontamente, numa ação preventiva, tivemos um bom resultado. Espero que V. Exa. seja atendido também com relação ao requerimento ao vereador.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

– A Comunicação da Presidência, informando ao Plenário sobre os requerimentos aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, foi publicada na edição anterior.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Meio Ambiente – aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 14/11/2018, dos Projetos de Lei nºs 4.630/2017, do deputado Elismar Prado, 4.932/2018, do deputado Cristiano Silveira, 4.944/2018, do deputado Noraldino Júnior, e 5.093/2018, do deputado Fabiano Tolentino, e dos Requerimentos nºs 11.519 e 11.524/2018, da Comissão de Participação Popular;

de Minas e Energia – aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 20/11/2018, dos Requerimentos nºs 11.511, 11.525 e 11.526/2018, da Comissão de Participação Popular;

de Saúde – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 21/11/2018, do Projeto de Lei nº 5.138/2018, do deputado Noraldino Júnior;

e de Cultura – aprovação, na 4ª Reunião Extraordinária, em 21/11/2018, dos Projetos de Lei nºs 4.959/2018, do deputado João Vítor Xavier, 4.962/2018, do deputado Fábio Cherem, 4.983/2018, do deputado João Leite, 5.071/2018, do deputado Cristiano Silveira, e 5.318/2018, do deputado Inácio Franco, e do Requerimento nº 11.617/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 22, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/4/2015

Às 13h15min, comparecem na Câmara Municipal de Nova Resende os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Nozinho, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dilzon Melo, Cássio Soares, Ulysses Gomes, Fábio Avelar Oliveira e Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Nozinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a constituição do Consórcio Regional para o Desenvolvimento do Café no Sul e Sudoeste de Minas e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Celson José de Oliveira, prefeito de Nova Resende; Antônio Alves de Lima, presidente da Câmara Municipal de Nova Resende; Odair José da Cunha, secretário de Estado de Governo; Glênio Martins, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário; Odiel de Souza, subsecretário de Agronegócio da Secretaria de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento; Carlos Alberto Paulino da Costa, presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – Cooxupé; Osvaldo Henrique Paiva Ribeiro, presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha – Minasul; Archimedes Coli Neto, presidente do Centro de Comércio de Café do Estado de Minas Gerais; Irsom Ribeiro de Oliveira, conselheiro do Sicoob Agrocred; Carlos Henrique, diretor-geral do Instituto Federal do Sul de Minas – Ifsminas – Câmpus Machado; Valdivino Carlos da Silva, produtor rural; e Marcos Mendes Reis, gerente da Líbero Commodities Minasul, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Emidinho Madeira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Emidinho Madeira – Nozinho.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/4/2017

Às 14h55min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e o deputado Dirceu Ribeiro, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e

Geraldo Pimenta, membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Paulo Guedes e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, informa que não há ata a ser lida por tratar-se da 1ª reunião conjunta. A presidência informa que a reunião se destina debater o Projeto de Lei nº 4.092/2017, que institui o sistema de reserva de vagas e o programa de Assistência Estudantil na Universidade do Estado de Minas Gerais e na Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ingrid Vitória Carvalho Fraga, representante dos alunos da Fundação João Pinheiro; Tayná Kety Ferreira, representante dos alunos da Unimontes; Jessica Marroques, representando alunos da UEMG; e os Srs. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais; Márcio Rosa Portes, subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, representando o secretário dessa pasta; José Eustáquio de Brito, vice-reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais representando o reitor dessa universidade; João dos Reis Canela, reitor da Universidade Estadual de Montes Claros; Sra. Leticia Godinho, diretora-geral da Escola de Governo; os Srs. Bruno Lazzarotti, coordenador do Mestrado da Escola de Governo, representando o presidente da Fundação João Pinheiro; Rodrigo Ednilson de Jesus, coordenador do Programa de Ações Afirmativas da UFMG; Marcos Antônio Cardoso, integrante da Coordenação Nacional de Entidades Negras. Em seguida, a presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e em seguida passa a palavra ao deputado Arlen Santiago e à deputada Marília Campos, também autores do referido requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2017.

Celise Laviola, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2017

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Paulo Guedes (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Dirceu Ribeiro, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e as deputadas Celise Laviola (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do BMM) e Ione Pinheiro (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e os deputados Tiago Ulisses, e André Quintão (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião por 10 minutos. Às 14h25min são reabertos os trabalhos com a presença das deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e do deputado Ulysses Gomes (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e as deputadas Celise Laviola (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do BMM) e Ione Pinheiro (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e os deputados Ulysses Gomes e André Quintão (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Suspende-se a reunião por tempo indeterminado. Às 15h18min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Celise Laviola, e dos deputados Tiago Ulisses (substituindo o deputado Dirceu Ribeiro, por indicação da liderança do BCMG) e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia, e a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do BMM), Tiago Ulisses e Ulysses Gomes e Paulo Guedes (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº.4.092/2017 é retirado da pauta atendendo-se a requerimento do deputado Ulysses Gomes, aprovado pela comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião conjunta do dia 11/5/2017, às 10h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2018

Celise Laviola, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/11/2017

Às 18h14min, comparece na Sala das Comissões o deputado André Quintão, membro da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e declara que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião dessas comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, receber os relatórios com as sugestões populares resultantes do processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 4.665/2017, encerrando-se o referido processo. A seguir, suspende a reunião por alguns minutos. Às 18h32min o deputado Doutor Jean Freire membro da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, substituindo o deputado Ulysses Gomes (por indicação da liderança do BMM), reabre os trabalhos da comissão. Em seguida, registra-se a saída do deputado André Quintão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Lúcia Elena Santos Junqueira, diretora de Gestão de Medidas Socioeducativas, representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; e os Srs. Otávio Martins Maia, subsecretário da Gestão de Estratégia Governamental de Estado de Planejamento e Gestão, representando o secretário; João Batista Miguel, secretário adjunto de Estado de Cultura, representando o secretário; Cel. PM Marcos Antônio Dias, diretor de Apoio Operacional da PMMG. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, são lidas as propostas pelos relatores e entregues ao presidente. Após, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/12/2017

Às 15h55min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Glaycon Franco, Geraldo Pimenta e Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença no recinto do deputado Thiago Cota. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião. Às 19h44min, são

retomados os trabalhos e registra-se a presença dos deputados Glaycon Franco, Geraldo Pimenta e Celise Laviola (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A seguir, a presidência designa relator do Projeto de Lei nº 483/2015, no 2º turno, o deputado Geraldo Pimenta e, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma original. O presidente avoca para si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.023/2015 e, após discussão e votação, é aprovação o parecer na forma do vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, amanhã, às 10h30min, na qual inclui para apreciação o Projeto de Lei nº 2.674/2015, e para a reunião extraordinária também de amanhã, às 14h30min, na qual inclui para apreciação o Projeto de Lei nº 4.774/2015, nas pautas previamente publicadas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Marília Campos – Geraldo Pimenta – Thiago Cota.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/4/2018

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Ivair Nogueira (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM) e Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a implantação de centro de compostagem em local desapropriado no Município de Betim, situado na área de proteção ambiental de Vargem das Flores. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Leticia Capistrano Campos, chefe de gabinete da Fundação Estadual do Meio Ambiente, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os Srs. Bruno Ferreira Cypriano, procurador-geral do Município de Betim, representando o prefeito; Ednard Barbosa de Almeida, secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Betim; Edson Leonardo Monteiro, presidente da Câmara Municipal de Betim; Marcus Vinicius Pereira Bittencourt, gestor da Área de Preservação Ambiental Vargem das Flores; Rômulo Thomaz Perilli, diretor de Operação Metropolitana da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa; Ronner Gontijo, presidente da Associação dos Protetores, Usuários e Amigos da Represa Várzea das Flores – Apua; e Vicente Cunha Coura, presidente da Associação dos Moradores da Orla e Entorno da Represa da Várzea das Flores, representando o presidente da Associação de Proprietários de Áreas da Vargem das Flores. A presidenta, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.712/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados Ivair Nogueira e Dirceu Ribeiro, em que requerem seja encaminhado à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que estudem o projeto de implantação de uma usina de triagem e compostagem – UTC – no Município de Betim, em especial seus possíveis impactos ambientais na Bacia Hidrográfica de Vargem das Flores;

nº 11.713/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados Ivair Nogueira e Dirceu Ribeiro, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura de Betim pedido de providências para que seja realizada audiência pública na Câmara Municipal, para

discutir o projeto de implantação de uma usina de compostagem em Betim, devendo ser convidadas a Fundação Ezequiel Dias, que possui uma fazenda experimental – São Judas Tadeu – em área próxima ao local onde será implementada a usina, e a Copasa-MG.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2018.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/7/2018

Às 14h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Gil Pereira, Thiago Cota, Cássio Soares (substituindo o deputado Antonio Lerin, por indicação da liderança do BCMG) e João Magalhães (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Gustavo Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos organizadores de apoio ao Projeto de Lei Mar de Lama Nunca Mais, e do Sr. Marcus Vinícius Polignano e Sra. Cléa Amorim de Araújo, representantes do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, declarando apoio ao parecer do Projeto de Lei nº 3.676/2016 e manifestando gratidão e reconhecimento ao deputado João Vítor Xavier pela coragem e compromisso como relator da referida matéria. Retira-se da reunião o deputado João Magalhães. Registra-se a presença do deputado Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BMM), membro da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Vítor Xavier, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.676/2016, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição do vencido em 1º turno, é submetido votação e rejeitado requerimento de autoria do deputado Cássio Soares, solicitando adiamento de discussão da matéria. Encerrada a discussão, é submetido a votação e rejeitado o parecer. A Presidência, nos termos do § 5º do art. 138 do Regimento interno, designa o deputado Bosco novo relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2018.

João Vítor Xavier, presidente – Bosco – Elismar Prado.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/9/2018

Às 14h55min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a contribuição do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire para a educação, bem como a importância mundial de seu pensamento e de sua obra. A seguir, comunica o recebimento de e-mails, enviados pelo Fale com as Comissões, de Sebastião Martins de Medeiros, da Escola Estadual Mário Porto, solicitando aos deputados que elaborem um projeto que permita às escolas cobrarem caixa escolar para

que possam ter acesso a telefone, tinta para imprimir, serviços de manutenção e outros, tendo em vista a ausência de verba do Estado para as escolas; de Daniele, doutoranda na Universidade Federal de Minas Gerais, solicitando aos deputados que cobrem do executivo a regularização do repasse à Fapemig para o pagamento dos bolsistas, tendo em vista as muitas dificuldades enfrentadas pelo atraso do pagamento; e de Cleide Moreira de Oliveira, manifestando que a proposta da SEE para o pagamento dos dias de greve do servidor de Superintendência Regional de Ensino está impossível de ser cumprida e solicitando ajuda dos deputados. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Matilde Oliveira de Araújo Lima, pedagoga do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST; e dos senhores Wallace Oliveira dos Santos, jornalista do jornal “Brasil de Fato”; e William Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB-MG. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Celise Laviola, presidente – Cristiano Silveira – Sargento Rodrigues.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/10/2018

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire e André Quintão, membros da Comissão de Participação Popular; e os deputados Cássio Soares e André Quintão, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião destas comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições das comissões e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 5.405/2018, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, para o exercício de 2019, dando início ao processo de discussão participativa do plano nesta Casa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Nilce Heloísa Campos de Araújo, assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, representando o presidente; e Nilva Vieira da Paz, diretora da Escola Família Agrícola Tabocal de São Francisco; e os Srs. Otávio Martins Maia, subsecretário de Gestão e Apoio às Políticas Estratégicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando o secretário; João Batista Miguel, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Cultura – SEC; Ricardo Ferreira Vital, assessor pedagógico da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa –, representando o secretário executivo da associação; Paulo Sérgio Lacerda Beirão, diretora de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais; José Miguel Lamounier, presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg; e Ricardo Lopes Martins, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2018.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/11/2018

Às 14h18min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cristiano Silveira e Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.857/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a violência sofrida pelos geraizeiros durante as eleições no Município de Novorizonte;

nº 12.860/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap –, à Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde da SES, à Comissão Carcerária da OAB em Barbacena e à Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Barbacena pedido de providências para verificar as condições estruturais, sanitárias e higiênicas do presídio de Barbacena, que já apresenta dois casos de tuberculose entre os detentos, com a possibilidade de uma epidemia dentro das instalações, agravada pela superlotação do presídio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/11/2018

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Nozinho e Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.889/2017 com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Nozinho), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento:

nº 12.866/2018, dos deputados Duarte Bechir, Nozinho e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S.A., ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, ao presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano e ao presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as condições de atendimento e de acessibilidade no serviço de transporte coletivo de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Antonio Carlos Arantes – Elismar Prado.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/11/2018**

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ulysses Gomes, Carlos Henrique e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.998 e 5.414/2018, ambos em turno único (deputado Carlos Henrique), Projetos de Lei nºs 4.993 e 5.025/2018, ambos em turno único (deputado Fábio Avelar Oliveira), Projetos de Lei nºs 4.718/2017 e 5.033/2018, ambos em turno único (deputado Gustavo Corrêa), e Projeto de Lei nº 4.923/2018, em turno único (deputado Mário Henrique Caixa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, por unanimidade, em turno único, o parecer pela aprovação com a Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei nº 1.347/2015 (relator: deputado Carlos Henrique, por redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.407/2017 e 4.993, 5.025 e 5.193/2018 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira); Projeto de Lei nº 4.718/2017, com a Emenda nº 1, votada em separado, e Projeto de Lei nº 5.033/2018 (relator: deputado Gustavo Corrêa); Projetos de Lei nºs 4.923 e 5.300/2018 (relator: deputado Mário Henrique Caixa); e Projetos de Lei nºs 4.998 e 5.259/2018 (relator: deputado Carlos Henrique), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.509 e 11.578/2018. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.424, 4.469, 4.690 e 4.715/2017; e 4.898 e 5.064/2018. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2018.

Dirceu Ribeiro, presidente – João Leite – Roberto Andrade – Celise Laviola.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/11/2018**

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Braulio Braz, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e suspende-a em seguida. Às 9h36min comparece na Sala das Comissões o deputado Roberto Andrade, presidente da supracitada comissão, declara reaberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei Municipal nº 1.749/2015, que trata do Plano Diretor de Belo Horizonte, e os impactos futuros no desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e da região metropolitana, bem como no setor de construção civil e na geração de emprego e renda. Registra-se a presença dos deputados Antonio Carlos Arantes e Gustavo Valadares. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Gabriel, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH; José Aparecido Ribeiro, diretor da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas –, representando o presidente; Eduardo

Coluccini Cordeiro, presidente da Comissão de Direito da Construção da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB/MG; Alírio Mendes Júnior, assessor da Presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG –, representando o presidente; Teodomiro Diniz Camargos, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, representando o presidente; Edilson José de Carvalho Cruz, gerente institucional da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL –, representando o presidente; Renato Ferreira Machado Michel, vice-presidente da área imobiliária do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – Sinduscon –, e Ricardo Catão Ribeiro, diretor, ambos representando o presidente; Ricardo de Oliveira Bueno, gerente de Negócios PJ – Telefônica; Sérgio Eduardo de Araújo, assessor da Presidência da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; e Marcos Antonio Borges, gerente de relações institucionais da Oi Telecomunicações. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2018.

Roberto Andrade, presidente – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/11/2018

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Ivair Nogueira e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.181/2018 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Ivair Nogueira, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2018.

Tiago Ulisses, presidente – Carlos Henrique – Cássio Soares – Tito Torres.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/11/2018

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues, Cláudio do Mundo Novo (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* em 8/11/2018. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.191, 4.221, 4.520, 4.692, 4.714, 4.731 e 4.856/2017 no 2º turno (deputado Agostinho Patrus Filho); 3.446/2016 e 4.727/2017 no 2º turno e

438/2015 no 1º turno (deputado Gustavo Valadares); 3.601/2016, 5.000 e 5.302/2017 no 2º turno e 5.407/2017 e 5.408/2018 no 1º turno (deputado João Magalhães). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.446/2016 e 4.727/2017, ambas na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Dirceu Ribeiro, em virtude de redistribuição); 4.191, 4.221, 4.520, os dois últimos na forma do vencido no 1º turno, 4.692, 4.714, este na forma do vencido no 1º turno, 4.731 e 4.856, este na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Cláudio do Mundo Novo, todos em virtude de redistribuição); 5.000 na forma do vencido no 1º turno e com a Emenda nº 1; e 5.302/2018 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues, todos em virtude de redistribuição); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.407 e 5.408/2018 (relator: deputado Sargento Rodrigues, todos em virtude de redistribuição).

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.754/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Viação Sidon, em Ibitité, pedido de informações sobre a regularidade e a motivação da instalação de duas roletas, uma sobre a outra, em ônibus que circulam nesse município, conforme relato encaminhado a esse deputado.

nº 12.757/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência para debater os efeitos do Decreto nº 47.491, de 2/9/2018, que dispõe sobre a regulamentação do cadastro de entidades representativas de despachantes para atuação no Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais.

nº 12.770/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para que seja cumprido, de imediato, o termo de colaboração firmado com a Apac de Passos, que depende do repasse trimestral do Estado para oferecer e manter suas atividades institucionais.

nº 12.874/2018, do deputado João Magalhães, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 5.456/2018, do governador do Estado, que dispõe sobre a instituição do Fundo Extraordinário do Estado de Minas Gerais – Femeg – e dá outras providências.

nº 12.877/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/8/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 102 barras de maconha e uma arma de fogo e na detenção de duas pessoas.

nº 12.878/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Fundação João Pinheiro pedido de providências para que o servidor Renato Pereira Claus seja transferido para o quadro de pessoal da instituição, pois apesar da indispensabilidade de suas funções na fundação, o servidor encontra-se em exercício na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, com a pauta anteriormente publicada e com os Projetos de Lei nºs 4.019, 4.353, 4.739/2017 e 5.256, 5.407 e 5.408/2018, todos no 2º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2018.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Antonio Carlos Arantes – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/11/2018

Às 10h5min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Leite, membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Henrique, Tiago Ulisses, Cássio Soares e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência suspende a reunião. Registra-se a saída dos deputados Carlos Henrique, Tiago Ulisses, Cássio Soares e Tito Torres e a presença da deputada Marília Campos e do deputado Roberto Andrade. Às 10h18min, a presidência reabre os trabalhos. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, discutir os estudos elaborados pelo Tribunal de Contas da União – TCU – sobre o processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação, e aprovado o Requerimento nº 12.882/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada audiência pública com a finalidade de debater aspectos jurídicos do processo de concessões públicas, com a presença da empresa Aroeira Salles Advogados. Registra-se a presença do deputado Glaycon Franco. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Giselle Ribeiro de Oliveira, coordenadora das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG; e Raquel Alkimim Figueiredo Mendonça, assistente da Advocacia-Geral do Estado; e os Srs. Uriel de Almeida Papa, secretário da Seinfra Porto Ferrovia do Tribunal de Contas da União; Ricardo Soares, representante da Nippon Steel; Jershon Ayres de Moraes, vice-presidente do Circuito Turístico Serras de Minas; José Antônio Silva Coutinho, vice-presidente de Relações Institucionais e coordenador da Comissão Técnica de Transportes da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME; Luciano Murta, diretor da ONG Trem; Cássio Roberto dos Santos Andrade, procurador do Estado de Minas Gerais, representando o advogado-geral do Estado; André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem; Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, diretor executivo da YKS e consultor do Banco do Mundial; Luiz Eduardo Pereira de Oliveira, assessor da Procuradoria da República do Ministério Público Federal; Luciano Medrado, diretor técnico do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado de Minas Gerais – Setcemg; e Sérgio Motta de Mello, presidente da Oscip Apito. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 12.887/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações consubstanciada em cópia dos relatórios de auditoria e de inspeção elaborados por esse tribunal que tenham por objeto trechos ferroviários no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2018.

João Leite, presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/11/2018

Às 14h24min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Celinho do Sinttrocel (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM) e Ivair Nogueira (substituindo o deputado Noraldino Júnior, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. Às 14h29min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados

Cristiano Silveira, André Quintão e Cláudio do Mundo Novo. Nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, o presidente, deputado Cristiano Silveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Relatório de Evento Institucional nº 6/2018, em turno único, do qual avocou para si a relatoria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o parecer que conclui pela aprovação do Relatório de Evento Institucional nº 6/2018 com a apresentação de requerimentos e projetos de lei (relator: deputado Cristiano Silveira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.863/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das obras de alteamento e plano de emergência da barragem de rejeito Casa de Pedra, no Município de Congonhas, e os riscos que elas apresentam para a população da região;

nº 12.885/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social pedido de providências para que realize o repasse das parcelas do Fundo Nacional de Assistência Social para o Albergue Santo Antônio do Município de São João del-Rei, salientando-se que ainda existem duas parcelas pendentes de 2017 e todas de 2018;

nº 12.886/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal no Estado, à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal pedido de providências para que possa apurar o não repasse das parcelas do Fundo Nacional de Assistência Social para o Albergue Santo Antônio do Município de São João del-Rei, salientando-se que ainda existem duas parcelas pendentes de 2017 e todas de 2018;

nº 12.894/2018, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Defesa Civil do Estado pedido de providências para que realize uma vistoria técnica na obra de contenção localizada nas proximidades da unidade básica de saúde, onde se pretendia construir uma unidade de pronto atendimento junto ao antigo hospital, localizado no Município de Morro do Pilar;

nº 12.895/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Comissão Pastoral da Terra e a Gilvander Luis Moreira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Estado, pelo relevante e histórico trabalho realizado há 40 anos, na defesa dos direitos dos povos da terra e das águas no Estado e no País;

nº 12.896/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a perspectiva futura de atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário e a implementação da Política Estadual para Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais instituída pela Lei nº 21.147, de 2014, para a qual sejam convidadas a Comissão de Transição do Governo do Estado, a Comissão Pastoral da Terra e pastorais e movimentos populares com atuação na defesa do direito à terra no campo e nas cidades.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/11/2018

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cristiano Silveira, Sargento Rodrigues, André Quintão (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e Antonio Carlos Arantes (substituindo o

deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Gilson Batista, presidente da Câmara Municipal de Diamantina, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/11/2018. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 5.407 e 5.408/2018 no 2º turno e 438/2015 no 1º turno são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O Projeto de Lei nº 3.968/2016 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Antonio Carlos Arantes, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.019/2017 e 5.256/2018 todos na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues); 4.353/2017 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira); 4.739/2017 na forma do vencido em 1º turno (relator: Antonio Carlos Arantes). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 523/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Cristiano Silveira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 12.893/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja, desde logo, definida e amplamente divulgada a data prevista para o pagamento do 13º salário aos servidores civis e militares do Estado, que há 4 anos suportam as consequências da ausência de reposição da perda inflacionária das respectivas remunerações, que já alcança o patamar de 25,71%, segundo o IPCA. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2018.

João Magalhães, presidente – André Quintão – Tadeu Martins Leite – Gustavo Valadares.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e o deputado Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a visita, com a presença da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a ser realizada em 26/11/2018, às 14h30min, à Ocupação Ariadnópolis, em Campo do Meio, com a finalidade de conhecer o local e discutir uma solução pacífica para o conflito gerado pelo risco iminente de reintegração de posse.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2018.

João Leite, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.364/2018

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do governador do Estado e encaminhada a esta Assembleia Legislativa por meio da Mensagem nº 383/2018, a proposição de lei em epígrafe visa dar denominação à escola estadual de ensino médio localizada na Rua Diamantina nº 751, Bairro Cabanas, no Município de Mariana.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia. A primeira delas examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende dar a denominação de Escola Estadual João Ramos Filho à escola estadual situada na Rua Diamantina, nº 751, Bairro Cabanas, no Município de Mariana.

A denominação proposta resulta de pedido formulado pelo Colegiado da escola estadual de ensino médio que, após reunião de seus membros, homologou, pela maioria de votos, essa indicação por ser um nome de referência da escola.

Com relação ao mérito da matéria, a propositura é relevante para a população local, que anseia pela formalização da denominação da escola por meio de nome já legitimado pela comunidade.

Em face do exposto, não encontramos óbices à alteração da designação da unidade escolar em comento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.364/2018 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2018.

Thiago Cota, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.267/2017

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Cabo Júlio, a proposição em análise dispõe sobre a definição das associações de socorro mútuo e dá outras providências.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, vem agora a proposição a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Conforme determina o § 1º do art. 189 do Regimento Interno, segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo delimitar conceitualmente as associações de socorro mútuo, que são pessoas jurídicas que se organizam por meio da autogestão, considerando socorro mútuo a divisão das despesas pretéritas ocorridas exclusivamente entre os associados.

Segundo o projeto, os associados devem contribuir mensalmente para cobrir as despesas administrativas e as pretéritas e ocorridas, e o regulamento deve especificar o valor máximo dos bens indicados pelos associados, bem como o total que pode ser rateado. As associações de socorro mútuo devem registrar no órgão competente os requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil, e o objetivo específico do socorro mútuo. O socorro mútuo praticado pelas associações de que trata o projeto não pode ser considerado seguro empresarial.

Nos termos da proposição, a representação das associações de socorro mútuo cabe à Força Associativa Nacional – FAN –, competindo-lhe manter registro das associações de socorro mútuo no Estado.

No 1º turno, a Comissão de Constituição e Justiça não verificou óbices jurídico-constitucionais para a tramitação da matéria e concluiu pela sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade. Esta comissão, por sua vez, apresentou o Substitutivo nº 1, aprovado em Plenário, para sanar imprecisões em seus comandos.

Entendemos que a proposição é meritória e somos, portanto, a favor de sua aprovação. Apresentamos, porém, ao final deste parecer, um substitutivo ao vencido no 1º turno com vistas a adequar a redação à técnica legislativa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.267/2017, no 2º turno, na forma do seguinte Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre as associações de socorro mútuo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Aos consumidores de veículos automotores organizados sob a forma de associações de socorro mútuo é facultado dividir despesas, em sistema de autogestão, para:

I – proteger as relações de consumo inerentes à propriedade de veículos automotores;

II – prestar assistência jurídica ou patrimonial em casos de danos, inclusive aqueles decorrentes de relações de consumo.

Parágrafo único – A representação das associações de socorro mútuo perante o Estado cabe à Força Associativa Nacional – FAN –, cabendo-lhe manter o registro das entidades.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2018.

Celinho do Sinttrocel, presidente e relator – Cláudio do Mundo Novo – Cabo Júlio.

PROJETO DE LEI Nº 4.267/2017

(Redação do Vencido)

Dispõe sobre as associações de socorro mútuo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A constituição e o funcionamento das associações de socorro mútuo observarão o disposto nesta lei.

§ 1º – Para os fins desta lei, considera-se socorro mútuo a divisão das despesas ocorridas entre os associados, em um sistema de autogestão, conforme as regras estabelecidas em estatuto.

§ 2º – O socorro mútuo poderá ser um dos objetivos de uma associação civil.

Art. 2º – Compete à assembleia geral das associações de socorro mútuo:

I – a autogestão de que trata o § 1º do art. 1º, a ser exercida de forma democrática, coletiva e coordenada;

II – a criação ou reformulação do estatuto da associação, com as regras específicas do socorro mútuo.

§ 1º – A criação ou reformulação do estatuto de que trata o inciso II do *caput* se dará por meio de assembleia geral de fundação da associação ou, caso já fundada, por meio de assembleia geral a ser convocada especificamente para este fim.

§ 2º – O estatuto a que se refere o inciso II do *caput* deve ser registrado no órgão competente.

§ 3º – O estatuto a que se refere o inciso II do *caput* conterà, além dos requisitos impostos pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, a indicação do objetivo específico do socorro mútuo, o número de associados e a indicação das regras do socorro mútuo e dos demais benefícios dos associados.

Art. 3º – Nas associações de socorro mútuo, os associados contribuirão mensalmente com as quotas necessárias para arcar com os custos fixos da administração e os variáveis relativos ao rateio de despesas ocorridas no mês anterior.

Parágrafo único – A associação deverá indicar expressamente no regulamento o valor máximo dos bens indicados pelos associados, bem como o total que poderá ser rateado.

Art. 4º – O socorro mútuo praticado pelas associações não poderá ser considerado seguro empresarial.

Art. 5º – A associação que tiver como um de seus objetivos o socorro mútuo terá o prazo de doze meses, contados da data de publicação desta lei, para reformular seu estatuto, no que for cabível, adaptando-o ao disposto nesta lei.

Art. 6º – A representação das associações de que trata esta lei cabe à Força Associativa Nacional – FAN –, competindo-lhe manter registro das associações de socorro mútuo no Estado.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com Dom José Alberto Moura, arcebispo de Montes Claros, pelos seus 28 anos de ordenação episcopal (Requerimento nº 11.310/2018, do deputado Gil Pereira);

de congratulações com o pastor Jorge Carlos da Costa pelo seu 61º aniversário (Requerimento nº 11.329/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o pastor Ramon Xavier Ramos pelo seu 30º aniversário (Requerimento nº 11.377/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o pastor Ivanir Miranda de Azevedo pela passagem do seu 61º aniversário (Requerimento nº 11.419/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o pastor Gideão dos Santos Silva por seu 30º aniversário (Requerimento nº 11.446/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o pastor Salvador Antunes pelo seu 71º aniversário de nascimento e 50º aniversário de ministério (Requerimento nº 11.458/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o Serviços de Missões aos Povos – Semap – pelos 30 anos de missões (Requerimento nº 11.478/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o pastor Valdemar Roberto dos Santos por seu 47º aniversário (Requerimento nº 11.490/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Jaqueline Simões Saliba pelo título de Miss Minas Gerais Plus Size 2018 (Requerimento nº 11.557/2018, do deputado João Vítor Xavier);

de congratulações com Ely França da Silva pelo seu 60º aniversário (Requerimento nº 11.587/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o Sr. Carlos Magno de Souza Paiva, professor doutor da Universidade Federal de Ouro Preto, pela realização do I Congresso Mineiro de Direito de Patrimônio Cultural, realizado no Centro de Artes e Convenções dessa universidade, nos dias 25 e 26/10/2018 (Requerimento nº 11.624/2018, da Comissão de Cultura).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/11/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alexandre Magno Soares, padrão VL-56, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Arlete Magalhães;

nomeando Clarissa Brandão de Freitas, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ivair Nogueira;

nomeando Natália Ferreira Lima, padrão VL-56, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Arlete Magalhães.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 93/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 198/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 5/12/2018, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa para fornecimento e instalação de forro de gesso e de placa de fibra mineral.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 96/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 202/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/12/2018, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de peças para câmeras de vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 91/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Helen Paula Caitana Dias Eireli – EPP. Objeto: fornecimento de livros, em formato impresso e eletrônico, à Biblioteca Deputado Camilo Prates. Vigência: 12 meses, contados da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 79/2018. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.4.4.90(10.1).

TERMO DE CONTRATO Nº 94/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: RS Brasil Comercial Ltda. Objeto: aquisição de material de expediente, conforme descrição constante na subcláusula 1.1. Vigência: 12 meses, a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 78/2018 (Lote 4). Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).

TERMO DE CONTRATO Nº 95/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Facialis Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-3.3.90-10.1.